

FORMAÇÃO DA REDE DE CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO CITRÍCOLA ALAGOANO

FORMATION OF SOCIAL CAPITAL NETWORK IN CITRUS TERRITORY OF ALAGOAS STATE

Kellyane Pereira dos Anjos Gonçalves

DEP-UFSCAR

Kellyane.anjos@gmail.com

Luiz Fernando de Oriani e Paulillo

DEP-UFSCAR

dlfp@ufscar.br

Grupo de Pesquisa: Cooperativismo e associativismo no meio rural

Resumo

Este artigo utilizou o referencial teórico do neo-institucionalismo para analisar o papel do Estado na formação da rede citrícola de Alagoas. O objetivo principal foi analisar o processo de formação da rede de capital social na região conhecida como Vale do Mundaú. Para isso, a metodologia constituiu-se de um estudo de campo baseado em pesquisa documental e nos métodos observacional e de entrevista a atores chaves da rede. Os resultados mostraram que apesar da rede ter começado a se formar em 2002 com o projeto Vida Rural Sustentável e com a constituição da primeira cooperativa, foi a partir de 2008 com a inserção do território no programa de estado PAPL que se desenvolveu um conjunto de características responsáveis pela articulação sistemática dos atores. Com isso, concluiu-se que o Estado é um ator fundamental para o desenvolvimento do capital social quando este promove um ambiente de interação e participação dos demais atores na formulação das políticas de desenvolvimento local.

Palavras-chave: neo-institucionalismo, redes, capital social, citricultura.

Abstract

This paper used the theoretical framework of neo-institutionalism to analyze the role of State in the constitution of citrus network in Alagoas. Therefore, it aims to show the process of formation of social capital network in the region known as Vale do Mundaú. The methodology consisted of a field research based on observational methods and interview to the key players of citrus network. The results showed that although the network has begun to form in 2002 with the project Vida Rural Sustentável and the establishment of the first cooperative, from 2008 with the inclusion of the territory in PAPL state program that developed a set of characteristics responsible for systematic articulation of the actors. Thereby, it was concluded that the State is a key actor for the development of social capital when it promotes an environment of interaction and participation of other stakeholders in the formulation of local development policies.

Keywords: neo-institutionalism, network, social capital, citrus.

1. Introdução

A abordagem de redes surge como uma alternativa a dicotomia entre as formas organizacionais mercado e hierarquia. Segundo Powell (1990), as análises baseadas no contínuo entre essas duas categorias falham ao não incorporarem os fatores históricos e antropológicos das relações de troca e também por não considerarem elementos como a reciprocidade e a colaboração. Nesse sentido, torna-se necessário considerar o contexto de estruturas sociais específicas para determinar o tipo de transação econômica. Granovetter (2003) utiliza o conceito de *embeddedness* ou “enraizamento” para mostrar que o comportamento é determinado por redes de relações sociais.

Assim, partindo do referencial teórico do neo-institucionalismo, este artigo busca elucidar a seguinte questão: qual o papel do governo na formação da rede de capital social do território citrícola alagoano? Nesse sentido, tem como objetivo principal identificar a estrutura da rede de capital social da região conhecida como Vale do Mundaú. E, para isso, possui três objetivos específicos: analisar a formação da rede de capital social da produção de laranja a partir do apoio do governo do Estado e do SEBRAE à região; identificar a estrutura de governança da rede; e descrever o conjunto de fatores responsáveis pela articulação sistemática dos atores.

O artigo divide-se em cinco seções, após esta introdução é apresentado o referencial teórico com a abordagem de redes e o capital social. A seção três descreve a metodologia utilizada. A seção seguinte apresenta os resultados da pesquisa. Já a seção cinco faz as considerações finais.

2. Referencial Teórico

As abordagens neo-institucionalistas assumem que o ambiente institucional – composto por leis, normas, regras, convenções, mitos, cultura, cerimoniais etc. – determina a estrutura de governança e esta, por sua vez, modela as formas de relacionamento seja de indivíduos ou de firmas. De acordo com Hall e Taylor (1996), as principais questões em análises institucionalistas são: a construção da relação entre instituição e comportamento; e o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam.

Referindo-se às perspectivas do institucionalismo na economia, ciência política e na sociologia, Scott (1995) categoriza o neo-institucionalismo nos pilares regulativo, normativo e cognitivo, respectivamente. Enquanto que Hall e Taylor (1996) apresentam as vertentes do neo-institucionalismo histórico, da escolha racional e o sociológico. De acordo com os referidos autores, as três escolas de pensamento buscam explicar o papel das instituições nos resultados sociais e políticos. Apresentam-se mais como complementares do que contraditórias na medida em que fornecem diferentes lentes para analisar problemas específicos, além disso, enfatizam duas das principais questões do neo-institucionalismo: a mudança e a estabilidade, isto é, como o desenvolvimento pode ocorrer sob a ordem.

No institucionalismo econômico a principal unidade de análise é o contrato de transação, concentra-se no estabelecimento da estrutura de governança mais adequada para reduzir os custos de transação. É importante ressaltar que a categoria do neo-institucionalismo da escolha racional é tratado por Hall e Taylor (1996) como sinônimo de uma possível categoria intitulada neo-institucionalismo em Economia, no entanto, os autores observam que

a primeira utiliza as preferências na interação estratégica e a segunda enfatiza elementos como o direito de propriedade, as rendas e os mecanismos de seleção competitiva. De modo geral, essa vertente enfatiza o caráter regulativo das instituições. Conforme Hall e Taylor (1996), alguns trabalhos utilizam a teoria da escolha racional em temas relacionados à formulação de políticas e distribuição de poder. Por outro lado, Scott (1995) destaca o aspecto regulativo das instituições ao modelarem o comportamento dos agentes.

No institucionalismo da Ciência Política analisa-se a construção das políticas públicas e as redes de poder. Segundo Hall e Taylor (1996), no institucionalismo histórico as instituições são definidas como “os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL & TAYLOR, 1996, p. 196). Para estes autores, uma das propriedades fundamentais dessa vertente é a importância atribuída ao poder onde este é assimétrico entre os grupos sociais. Além disso, atribuem notável importância ao papel das trajetórias nos resultados sociais ao postularem que “as mesmas forças ativas são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades estas herdadas do passado (HALL & TAYLOR, 1996, p. 200)”.

No institucionalismo da Sociologia, as instituições são definidas de forma mais ampla, segundo Hall e Taylor (1996) incluem as regras, procedimentos, normas formais, além dos sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e modelos morais que guiam a ação humana. Essa vertente sustenta que o surgimento e a utilização das instituições estão relacionados a práticas culturalistas e não apenas a eficiência que proporcionam às organizações.

A resposta de cada uma dessas vertentes a questão colocada por Hall e Taylor (1996) sobre como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, fez com que este trabalho optasse por utilizar a vertente do institucionalismo sociológico, visto que, um dos objetivos estabelecidos é o de justamente avaliar a formação do capital social em uma rede de relacionamentos.

2.1 Abordagens sociológicas de redes

A abordagem de redes surge como uma alternativa a dicotomia entre as formas organizacionais mercado e hierarquia. Powell (1990) considera o contexto de estruturas sociais específicas na determinação das transações econômicas e afirma que certas transações são guiadas mais por fatores sociais do que por estruturas formais de autoridade (Powell, 1990, p. 299). Uma importante crítica deste autor a categorização das transações como um contínuo entre mercado, formas híbridas e hierarquia é a ausência da análise dos fatores históricos e antropológicos das relações de troca, além de não considerar fatores como reciprocidade e colaboração. Para ele as unidades econômicas não são simples evoluções dessas formas, mas constituem-se de densas redes de afiliações políticas, religiosas e sociais que moldam as atividades econômicas.

Mark Granovetter é um dos críticos à distinção entre mercado e hierarquia, pois, não haveria uma clara delimitação entre as duas formas. Granovetter (2003) utiliza o conceito de *embeddedness* ou “enraizamento” para mostrar que o comportamento é determinado por redes de relações sociais. Assim, ao contrário das abordagens da escolha racional, a noção de mercado é passível de análises sociológicas onde este é definido como uma construção social e cultural. Nesse sentido, Sacomano Neto (2003) afirma que um dos temas recorrentes nas abordagens sobre redes é a análise de como os atores estão “enraizados” em estruturas de

relações que se por um lado promovem oportunidades, por outro restringem o seu comportamento.

Powell (1990) apresenta um conjunto de fatores característicos das trocas econômicas que não se aplicam a estrutura de mercado nem a de hierarquia e, com isso, permitiria classificar redes como uma forma distinta de coordenação de atividades econômicas. Assim, o conceito de redes aplica-se às trocas econômicas onde os itens transacionados possuem qualidades que não são facilmente mensuradas; as relações entre comprador e vendedor são recorrentes e de longo prazo; há interdependência entre as partes sem propriedade jurídica comum. Nas palavras de Powell (1990), o pressuposto básico das relações de rede é que uma parte depende de recursos controlados pela outra, e que existe ganhos em partilhar tais recursos. As transações ocorrem através de redes de indivíduos comprometidos com ações recíprocas, preferenciais e de apoio mútuo (POWELL, 1990, p. 303).

De acordo com Sacomano Neto (2003), na perspectiva de redes há um posicionamento estrutural entre os atores – fornecedores, competidores e governo – onde esses estabelecem relações por onde fluem bens, serviços, recursos e informações. Para este autor, na estrutura de redes estão presentes elementos como as relações de poder, confiança, oportunismo, controle social, sistemas de alinhamento de interesses, formas de negociação, entre outras (SACOMANO NETO, 2003, p. 1).

No entanto, Dowding (1995) questiona se a abordagem de rede é um modelo ou uma metáfora em um estudo sobre redes de poder. Para este autor, as análises sobre redes de poder deixariam de ser metáforas e passariam a ser uma teoria ao longo das análises sociológicas de redes. Aponta, ainda, quatro características da análise de redes utilizadas nas abordagens sociológicas: (i) mensuração da variação nas ligações estruturais entre os membros como função das características individuais dos membros da rede e da sociedade em geral; (ii) análise da influência das características da rede no comportamento individual; (iii) como o comportamento de grupos é afetado pelas características da rede que estão inseridos; e (iv) proposição sobre como as características da rede sobrepõem-se às características de grupos e possibilitam um melhor fluxo de informações.

O Quadro 1 traz as características dos membros e das relações das redes apontadas por Dowding (1995). Para este autor o que diferencia uma rede de outra é a relação entre seus atores, ou seja, a sua estrutura.

Quadro 1 – Características de rede

Características dos membros	Características das relações
1. Conhecimento/informação	1. Centralidade
2. Legitimidade	2. Número de conexões
3. Habilidade para condicionalmente mudar outras estruturas de incentivos	3. Inclusão
4. Habilidade para incondicionalmente mudar outras estruturas de incentivos	4. Regras de interação
5. Reputação	5. Enraizamento

Fonte: Dowding (1995)

2.2 Abordagens de redes e o capital social na sociologia econômica

Para Almeida et al. (2006), um território pode ser analisado além da perspectiva econômica e produtivista a partir do potencial do capital social local. De acordo com Albagli e Maciel (2003), o conceito de capital social pode ser definido a partir da perspectiva de três autores principais, Pierre Bourdieu, Robert Putnam e James Coleman. O primeiro utilizou o termo para se referir às vantagens de se pertencer a redes duráveis de relacionamentos (ALBAGLI & MACIEL, 2003, p.424). “Putnam (1996) estudou os governos regionais da Itália e concluiu que o capital social é o elemento mais importante para a determinação do nível de riqueza econômica e para a formação do bom governo (CASTILHO, 2002, p. 10)”. Por outro lado, Coleman especificou três formas de capital social: nível de confiança; canais de trocas de informações; e as normas e sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum (ALBAGLI & MACIEL, 2003, p.425).

O elemento “enraizamento” ou “incrustação” vem sendo utilizado na explicação do processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, figura-se como uma dimensão do capital social, visto que, influencia diretamente o comportamento dos atores presentes em redes de relacionamentos seja política, social ou econômica. De acordo com Dowding (1996), o argumento de Granovetter de que o enraizamento das transações em relações recorrentes e de redes aumenta o uso de contratos informais, mostra que o enraizamento proporciona o desenvolvimento de confiança e reciprocidade (DOWDING, 1996, p. 154). Além da dimensão “enraizamento”, Castilho (2002) destaca a dimensão “autonomia” como necessária para a formação do capital social. Para este autor, autonomia está relacionada à postura que os atores expressam permitindo-lhes estabelecer relações baseadas em reciprocidade e confiança, ou seja, relaciona-se a capacidade dos atores agirem mais em prol dos interesses coletivos do que em seus interesses individuais (CASTILHO, 2002, p. 12).

Albagli e Maciel (2003) relacionam o capital social a aglomerações produtivas e afirmam que, além da confiança e da interação, outros fatores são requeridos para a articulação eficiente entre as unidades produtivas. Assim, apontam os seguintes fatores como os mais relevantes para formação do capital social em um território produtivo: nível educacional, densidade de relações de aprendizado interativo; sentimento de pertencimento; nível de inclusão ou de polarização social; identidade entre interesses individuais e coletivos; lideranças locais; e a relação Estado/sociedade (ALBAGLI & MACIEL, 2003, p. 432).

Albagli e Maciel (2003) citam algumas perspectivas distintas sobre a relação entre Estado e capital social. Na primeira, a atuação do governo é fundamental ao elaborar políticas públicas de inclusão social, na promoção de processos decisórios participativos e ao estimular atividades voluntárias e comunitárias. A segunda enfatiza que o governo não deve intervir, pois, o desenvolvimento do capital social é um processo historicamente construído que parte do modelo de organização de “baixo para cima”. Já a terceira aponta para as sinergias entre capital social e ação do Estado o que possibilita a formulação de estratégias de desenvolvimento local.

Nessa última perspectiva, o governo identifica a presença do capital social para ampliar a rede de relacionamentos no território por meio da inclusão de grupos sociais marginalizados. Assim, entre as medidas adotadas pelo governo estaria a institucionalização da construção participativa das políticas públicas e a formalização de grupos sociais marginalizados.

3. Material e Métodos

Este artigo trata-se de um estudo de campo da organização dos produtores de laranja da região do Vale do Mundaú em Alagoas. Assim, o procedimento adotado baseia-se nos métodos observacional e de entrevistas por pauta a atores chaves da rede citrícola do estado. Seguindo o roteiro proposto por Gil (2008), o delineamento da pesquisa foi realizado, em um primeiro momento, através de pesquisas bibliográficas e documentais. Posteriormente foi realizado um estudo de campo, visto que, com esse procedimento "estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes (GIL, 2008, p.57)".

A coleta de dados e informações foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2016. Para o estudo de campo, o primeiro contato foi realizado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) que, juntamente com o SEBRAE/AL, coordena o Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas (PAPL/AL). Em seguida foi realizada uma entrevista com a gestora responsável pelo território citrícola do Vale do Mundaú e com alguns citricultores que, na ocasião, estavam expondo os seus produtos em uma feira semanal de produtos orgânicos organizada no âmbito do programa. Através destas, buscou-se identificar a estrutura da rede de capital social dos produtores do território citrícola alagoano. Para isso, baseou-se nas características de rede de Dowding (1995), conforme Quadro 1, e no quadro proposto por Almeida et al. (2006) sobre a caracterização da rede de capital social na citricultura da região de Bebedouro/SP. Além disso, os atores foram questionados sobre os fatores que propiciam a articulação da rede como colocado por Albagli e Maciel (2003).

4. Resultados da Pesquisa

O território citrícola de Alagoas está localizado na região chamada Vale do Mundaú na mesorregião Leste do estado. De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE), Alagoas é o terceiro maior produtor de laranja do Nordeste com uma área destinada ao plantio de aproximadamente 4.588 hectares e uma produção de 48.834 toneladas no ano de 2014. A maior parte desta produção está concentrada no município de Santana do Mundaú com aproximadamente 75% da produção de laranja. Os maiores produtores nordestinos são Bahia e Sergipe, tendo produzido em 2014 aproximadamente 1.026.167 e 614.227 toneladas, respectivamente. Porém, a citricultura alagoana concentra-se na produção de laranja lima, sendo proporcionalmente o maior produtor do país (COELHO, 2004).

De acordo com Ferreira et al. (2013), o cultivo da laranja lima no município de Santana do Mundaú teve início na década de 1950 com a boa adaptação das mudas introduzidas pelo extinto Instituto Agrônomo do Nordeste, órgão vinculado ao Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas (SNPA) do Ministério da Agricultura. Porém seu crescimento foi intensificado a partir da década de 1970 devido à crise da produção de banana maçã que era uma cultura tradicional nos municípios do Vale do Mundaú. Já na década de 1990, outro fator que impulsionou o crescimento da produção foi a melhoria da infraestrutura de transporte por meio da pavimentação da rodovia AL-2005, conhecida como “Rodovia da Laranja”, possibilitando o escoamento da produção para estados vizinhos (FERREIRA et al., 2013. p 9).

A expansão da produção de laranja lima no Vale do Mundaú apresentava, contudo, alguns problemas que inviabilizavam o desenvolvimento da atividade. Em primeiro lugar, a falta de organização dos citricultores e, com isso, a baixa articulação destes com organismos governamentais e privados. Em segundo lugar, a carência de assistência técnica e a falta de recursos para aquisição dos insumos necessários a produção refletiam-se na baixa produtividade nos pomares e, frequentemente, estes eram atingidos por pragas que inviabilizavam a sua comercialização. O mercado consumidor era restrito a feiras livres e, em sua maioria, a produção era destinada a “atravessadores”.

4.1 A formação e estrutura da rede citrícola na região do Vale do Mundaú

Segundo Ferreira et al. (2013), no ano de 2003 o SEBRAE/AL firmou uma parceria com a organização não governamental Movimento Minha Terra (MMT) para implantar o Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS). Este projeto visava implantar o sistema agroecológico de cultivo e, com isso, mitigar o problema da falta de recursos para a aquisição dos insumos e também à carência de assistência técnica aos municípios produtores. Nesse período foi criada a Associação dos Produtores Agroecológicos do Vale do Mundaú (ECOVALE), atual ECODUVALE. Ainda de acordo com Ferreira et al. (2013), coube ao MMT o papel de entidade executora de extensão rural e assistência técnica para o cultivo de laranja lima orgânica, processo de certificação do produto e melhoria na comercialização. Como consequência desse projeto, o SEBRAE/AL lançou em 2003 uma feira semanal de produtos agroecológicos na capital Maceió que oferta também produtos orgânicos de outros municípios atendidos pelo projeto.

Para Albagli e Maciel (2003), o capital social pode ser estimulado através de políticas públicas que promovam um ambiente de decisões participativas, além de proporcionarem um ambiente socioeconômico igualitário. De acordo com Almeida et al. (2006), a efetivação da segurança alimentar em determinada localidade propicia a formação de redes de capital social. No caso da região do Vale do Mundaú, percebe-se a atuação do governo na formação da rede a partir de 2004 quando a produção de laranja foi identificada como uma atividade passível de ser apoiada pelo Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas (PAPL/AL), uma parceria entre o governo do estado e o SEBRAE/AL. Nesse mesmo período, os produtores da região foram mobilizados através da Cooperativa COOPLAL para fornecer laranja lima para o programa de compras governamentais PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o decreto que institui o PAPL, o objetivo deste é “apoiar aglomerados de micro e pequenas empresas ou produtores autônomos, concentrados em municípios ou micro regiões do Estado, para proporcionar-lhes a oportunidade de crescimento socioeconômico (Decreto Nº 2.077 de 30 de agosto de 2004, p. 1)”. Após a identificação das principais atividades produtivas, em um segundo momento da implantação do programa formou-se a rede de parcerias com organismos financeiros, entidades de ensino e tecnologia; entidades públicas; entidades de classe; fóruns; e câmaras setoriais.

Atualmente o PAPL trabalha com 17 arranjos e a sua estrutura operacional é composta por um conselho deliberativo, uma coordenação executiva e por gestores locais. A coordenação executiva, firmada por convênio específico, é composta pelo SEBRAE/AL e pela SEDETUR. A gestão local é realizada por um gestor contratado por meio de licitação, atuando como um elo entre a coordenação executiva e os agentes presentes no território.

Dentre as várias funções atribuídas ao gestor destaca-se o papel de articulador, identificando e promovendo parcerias com os diversos órgãos públicos, com o setor privado e demais setores. Em uma última etapa, as ações são implantadas pelos agentes parceiros designados em rodadas de negociações anuais e o seu cumprimento é acompanhado de forma permanente pelo conjunto de atores da rede por meio de reuniões frequentes.

Como exposto, em 2004 foi identificado o então chamado APL Laranja no Vale do Mundaú, no entanto, este só passou a integrar o programa no ano de 2008. Em 2012 ocorreu a reformulação do programa onde o APL Laranja no Vale do Mundaú passou a se chamar APL Fruticultura no Vale do Mundaú por contemplar também a produção de banana. Conforme a Figura 1, o território de abrangência compreende os municípios de Branquinha, Iateguara, Santana do Mundaú, São José da Laje, União dos Palmares e, mais recentemente, Murici. A principal fonte de renda desses municípios concentra-se na agricultura familiar, com destaque para a produção de laranja lima e banana.

Figura 1 – Mapa de Alagoas destacando os municípios que fazem parte do APL Fruticultura no Vale do Mundaú



Fonte: SEPLANDE, 2014.

De acordo com Silva Júnior (2014), até 2009 a Cooperativa dos Produtores de Laranja Lima (COOPLAL) participou de apenas dois editais do PAA e, conforme o Quadro 2, a partir da atuação do PAPL esse número aumentou juntamente com o número de produtores beneficiados.

Quadro 2 – Comercialização dos produtores de laranja lima do Vale do Mundaú/AL para o PAA

Ano	Número de projetos	Valor dos projetos (R\$)	Número de produtores
2009	10	1.017.011,30	262
2010	19	1.841.002,56	518
2011	20	2.204.044,92	902

Fonte: SEBRAE, *Apud* Silva Júnior (2014).

O Quadro 3 apresenta a estrutura de governança formada em torno da produção de laranja na região do Vale do Mundaú. De acordo com Sacomano Neto e Paulillo (2012), a governança demonstra as relações de coordenação, comando, intervenção e participação dos atores. Aqui são utilizadas as cinco categorias de análise para estruturas de governança apresentadas por Sacomano Neto e Paulillo (2012), assim, analisa-se a governança pública, privada, ator coletivo, governança a montante e a jusante. Além disso, essas categorias subdividem-se em âmbito local, estadual e nacional.

Na governança pública, os atores-chaves são a SEDETUR e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAPA), ambos do âmbito estadual, sendo a maior parte dos programas e projetos no território citrícola alagoano coordenada por esses órgãos. De acordo com a gestora entrevistada, na governança privada não há empresas detentoras de poder na rede citrícola alagoana.

Na governança de ator coletivo, em âmbito local, a rede citrícola é formada por 05 cooperativas, 29 associações e 01 Instituto. No âmbito estadual conta com a atuação do SEBRAE/AL e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL). E no âmbito nacional a produção de laranja mantém relações com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com o Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Sacomano Neto e Paulillo (2012) definem a governança a montante como sendo composta por fornecedores com influência no processo de coordenação local. Nesse sentido, a rede citrícola do Vale do Mundaú não possui fornecedores de insumos, visto que, os próprios citricultores produzem os compostos necessários à produção da laranja lima baseados nos princípios da produção agroecológica.

Por último, a governança a jusante é composta por distribuidores e clientes que possuem poder de barganha no arranjo. O mercado consumidor da laranja lima produzida no Vale do Mundaú ainda é reduzido. Sua produção é destinada, no nível local, aos consumidores das feiras livres, os pequenos mercados locais e a prefeitura por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ainda pode ser observada a presença de “atravessadores” que, segundo Ferreira et al. (2013), destinam a laranja lima para os estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia e Ceará. No âmbito estadual os principais atores envolvidos são o CEASA/AL e a CONAB. A partir de 2013 o arranjo passou a fornecer laranja lima orgânica a CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo).

Quadro 3 - Estrutura de Governança

Tipo de Governança	Local	Estadual	Nacional
Governança pública	Prefeituras municipais, Secretarias municipais de agricultura.	SEDETUR, SEAPA, EMATER, DESENVOLVE, FAEAL, ADEAL	MAPA, MDA, MDS, GTP, APL/MDIC, OCB/SESCOOP
Governança privada	-	-	-

Governança de ator coletivo	29 associações, 5 cooperativas e 1 instituto	SEBRAE/AL, FAPEAL, SENAR	EMBRAPA, UFAL, IFAL
Governança a montante	-	-	-
Governança a jusante	Distribuição em feiras livres, pequenos mercados locais, atravessadores, prefeituras (PNAE).	IDERAL, CEASA/AL, CEAGESP, CONAB (PAA), SESC (Mesa Brasil).	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Sacomano Neto e Paulillo (2012).

4.2 As relações sociais institucionalizadas: caracterização da rede de capital social da citricultura do Vale do Mundaú

De acordo com o mapeamento realizado em 2014 no âmbito do PAPL, o programa atende a 1.171 produtores localizados na região do Vale do Mundaú. Atualmente, esses produtores são acompanhados por um grupo gestor composto por 20 integrantes, a maioria representantes de associações e cooperativas. Por meio de reuniões mensais, cabe ao grupo gestor discutir e avaliar o andamento das ações do programa.

Com base em Almeida et al. (2006) e por meio de entrevistas a atores chaves, este artigo utilizou o Quadro 4 para analisar as características estruturais da rede de capital social que se formou no território citrícola do Vale do Mundaú a partir de 2002, quando se observaram as primeiras iniciativas de organização. Já o adensamento da rede de capital social pode ser atribuído à atuação conjunta do governo do estado e do SEBRAE/AL por meio do PAPL a partir de 2008.

Quadro 4 – Caracterização da rede de capital social da citricultura no Vale do Mundaú

Características dos membros	Características das relações
Transferência de informação	Regras
Legitimidade	Centralidade
Reputação	Intensidade
Cooperação	Velocidade
Transparência	Informalidade dos contatos

Fonte: Almeida et al. (2006)

De acordo com a entrevista a gestora do APL Fruticultura no Vale do Mundaú, no âmbito das características dos membros, a transferência de informação entre os atores é um fator relevante, pois, através das frequentes capacitações, eventos e reuniões, os citricultores vêm melhorando a qualidade do seu produto, ampliando a comercialização e diversificando a produção. No quesito legitimidade é possível verificar o apoio dos atores à rede por meio do aumento da participação destes nos eventos promovidos no território e também devido à

solicitação formal de outros municípios para compor o chamado APL Fruticultura no Vale do Mundaú. A reputação dos atores que figuram como coordenadores da rede também é uma característica favorável, visto que é constante a presença da gestora no território o que desenvolveu uma relação de confiança com os produtores. Além disso, as vendas destinadas aos programas governamentais têm garantido os rendimentos mensais, com o devido pagamento aos produtores, o que reforça a adesão dos produtores às estruturas organizacionais. A cooperação é observada por meio do aumento do número de atores organizados em cooperativas e associações. Por fim, a transparência acontece por meio das reuniões mensais do grupo gestor e das reuniões anuais para avaliação das ações.

Já no âmbito das relações estruturais da rede, verifica-se a centralidade das relações em torno do PAPL e do grupo gestor formado pelas lideranças das organizações associativas. As regras de funcionamento do programa são bem estabelecidas e a intensidade dos contatos é apontada como alta. No entanto, a velocidade na execução das ações varia em relação ao tipo de ação e do ator que foi designado para executá-la.

Com base em Albagli e Maciel (2003), a seguir são descritos alguns fatores responsáveis pela articulação sistemática dos atores conforme informações documentais e as entrevistas realizadas.

4.2.1 Nível educacional e aprendizado interativo

Como exposto, Albagli e Maciel (2003) apontam o nível educacional e a densidade das relações de aprendizado interativo como fatores inter-relacionados que contribuem para o fortalecimento da cidadania e, assim, tanto a educação formal quanto a informal propiciam o fortalecimento do interesse coletivo. Silva Júnior (2014) traçou o perfil educacional dos produtores de laranja do Vale do Mundaú a partir de uma amostra composta por 170 produtores. Destes, 52,5% são alfabetizados, 39% têm apenas o ensino primário, 8% não são alfabetizados e 0,5% possui ensino superior (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 72). Estes dados mostram o baixo nível educacional dos produtores de laranja e esse é um fator que pesa negativamente para o fortalecimento do capital social.

No entanto, alguns fatores positivos destacam-se como propulsores do aprendizado interativo como no caso dos eventos de capacitação organizados no âmbito do PAPL e também por ações isoladas de outras esferas do governo. Como exemplo, tem-se as capacitações fornecidas aos produtores em beneficiamento da fruta com a produção de doces cristalizados da casca de laranja e laranja desidratada, o que diversifica a produção e aumenta o valor do produto. Em outras ações de capacitação em manejo foram instaladas Unidades Demonstrativas (UD) e realização de eventos chamados “Dias de Campo”.

Além disso, as reuniões mensais do grupo gestor e as reuniões promovidas pelo programa onde são convidadas todas as organizações parceiras atuam como mecanismo de transmissão de informações sobre o funcionamento do território.

4.2.2 Sentimento de pertencimento, nível de inclusão e identidade de interesses

Segundo Castilho (2002), uma das dimensões necessária à formação do capital social é o “enraizamento”, ou seja, a inserção dos indivíduos nas relações sociais. Dada a vocação da região do Vale do Mundaú para a agricultura familiar, especificamente com a produção de laranja lima, alguns municípios de regiões circunvizinhas já solicitaram a participação no

programa, como no caso de Murici que passou a fazer parte das ações em 2014 e Joaquim Gomes que ainda passa por um processo de avaliação.

De acordo com Albagli e Maciel (2003), a coesão social é um reflexo do nível de inclusão ou polarização e da identidade entre interesses individuais e coletivos. A estruturação da rede revela diferentes níveis de maturidade entre os atores como no caso de cooperativas que foram constituídas e consolidadas há mais tempo e, por isso, apresentam maior interesse e engajamento nas ações propostas. A COOPLAL, por exemplo, apresentava em 2002 aproximadamente 22 cooperados e em 2011 esse número passou para 53, o que demonstra a boa reputação desenvolvida pela cooperativa entre os citricultores. Outro aspecto que demonstra a identidade de interesses na rede foi a incorporação de 22 associações de produtores familiares à COOPLAL.

4.2.3 Lideranças locais

Albagli e Maciel (2003) afirmam que a existência de lideranças locais em um território produtivo facilita a articulação entre os empreendimentos produtivos através de três ações principais: atuam como mobilizadores dos grupos sociais; traduzem os anseios e interesses desses grupos em discursos consistentes; e organizam o elo necessário entre o Estado e a sociedade (ALBAGLI & MACIEL, 2003, p. 432). Os autores ressaltam, ainda, que a existência de lideranças locais deve ser entendida como um fenômeno socialmente construído.

As principais lideranças no Vale do Mundaú são os presidentes das cooperativas e associações de cada município. Outro ator que compreende as características citadas por Albagli e Maciel (2003) é a gestora do PAPL no território que atuando desde 2008 desenvolveu boa reputação entre os atores tornando-se um elo fundamental entre os produtores e o Estado.

4.2.4 Relações Estado/sociedade

Conforme exposto, a relação entre o Estado e a sociedade ocorre de forma mais explícita por meio da intermediação do PAPL entre os produtores e os demais atores da estrutura de governança. O gestor do programa precisa ter a sensibilidade de identificar as principais demandas dos produtores e encaminhá-las aos agentes públicos capazes de sanar as dificuldades levantadas. Por meio dessas articulações, as prefeituras de cada município recuperaram as estradas de algumas comunidades facilitando o escoamento da produção. A SEAPA, a EMATER, a agência estadual de fomento DESENVOLVE, dentre outros, são atores públicos de intensa atuação na rede.

Almeida et al. (2006) afirmam que através de “mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais é possível promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social (ALMEIDA et al., 2006, p. 399)”. A articulação dos atores coletivos com o PAPL e com outros órgãos públicos mostra como as demandas locais são refletidas adequadamente na formulação de projetos e ações específicas para o território.

5. Considerações Finais

Diante das abordagens sobre a importância do Estado no desenvolvimento do capital social, este artigo realizou um estudo sobre a formação da rede de capital social do território citrícola de Alagoas. Verificou-se que apesar da produção de laranja lima na região ter

iniciado nos anos de 1950, não se observava a organização dos produtores, visto que, estes atuavam isoladamente e comercializavam quase que exclusivamente com os atravessadores em uma relação apontada como “predatória”. As primeiras iniciativas de organização em rede podem ser atribuídas à atuação do SEBRAE e da organização não governamental Movimento Minha Terra no território através da implantação de um projeto que visava a adoção de práticas agroecológicas na produção da laranja lima. A formação da primeira cooperativa em 2002 também pode ser apontada como um indicador da formação da rede na região. Relatos de produtores mais antigos revelam que nesse período as interações entre os citricultores e demais atores públicos e privados permaneciam fracas, visto que a região carecia de recursos técnicos e financeiros o que refletia na baixa produtividade dos pomares e na qualidade dos frutos. Com isso, não se observava uma estrutura capaz de integrar os atores em relações estáveis baseadas em regras bem estabelecidas, centralidade de decisão, intensidade e velocidade das interações, ou seja, elementos presentes em estruturas de redes. Do mesmo modo, não se observava uma liderança entre os citricultores, não havia o compartilhamento de informações e cooperação entre os membros.

Com base em informações documentadas e nas entrevistas realizadas foi possível observar o desenvolvimento de uma rede de capital social no Vale do Mundaú a partir da atuação do programa de estado PAPL na região. E também deve ser atribuída importância aos programas de compras governamentais como o PAA e o PNAE na organização dos produtores. O governo do estado juntamente com o SEBRAE/AL atuando como liderança contribuiu para a formação de uma estrutura de governança composta por atores locais, estaduais e nacionais que tem proporcionado melhorias na atividade produtiva da região. Já as compras governamentais promovem um rendimento mensal mais elevado e estável aos citricultores que, juntamente com as demais formas de comercialização, melhorou significativamente a qualidade de vida destes.

Dentre os benefícios da atuação do programa no território, destacam-se o aumento da produtividade da região através de capacitações em manejo do solo; a diversificação da produção através da construção de uma minifábrica de frutas cristalizadas, doces e suco; certificação de produtores de laranja lima orgânica; organização dos produtores em associações e cooperativas; e a abertura de mercado. Como fatores negativos destacou-se a interrupção de algumas ações no território, especialmente em períodos de mudança de governo, o que afeta negativamente a confiança dos atores. E também pesa negativamente o tempo de execução de algumas ações que, na maioria das vezes, dependem dos trâmites burocráticos de atores públicos.

Desse modo, este artigo verificou que o Estado atua como ator chave na rede citrícola alagoana e vem contribuindo para o aumento do capital social por propiciar um ambiente interativo capaz de traduzir os anseios da região em políticas de desenvolvimento local.

Referências

- ALBAGLI, S. MACIEL, M. L. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, H. M. CASSIOLATO, J. E. & MACIEL, M. L. (Org.). Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, RELUME-DUMARÁ, 2003.
- ALMEIDA, L. M. M. C. PAULILLO, L. F. FERRANTE, V. L. S. Segurança Alimentar e Consórcios de Produtores Rurais: possibilidades de formação de redes de capital social no território citrícola paulista. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, jul-set. 2006.

- CASTILHOS, D. S. B. Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- COELHO, Y. S. Citricultura em Alagoas: referência nacional na produção de laranja lima de 'lima'. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA Mandioca e Fruticultura – **Citros em Foco**, n. 25. Cruz das Almas/BA, 2004.
- DOWDING, K. Modelo or Metaphor? A critical review of the policy network approach. Oxford: Blackwell Publishers. *Political Studies*, n. XLIII, p. 136-158. 1995.
- FERREIRA, J. T. P. FERREIRA, E. P. PANTALEÃO, F. S. ALBUQUERQUE, K. N. Citricultura no estado de Alagoas – um estudo de caso no município de Santana do Mundaú/AL/Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró/RN. v. 8, n. 1, p.38-46. 2013.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 206p.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: PEIXOTO, J. MARKES, R. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora, 2003, p. 69-102.
- HALL, P. A. TAYLOR, R. C. R. Political science and the three new institutionalism. Oxford: Blackwell Publishers. **Political Studies**, n. XLIV, 1996, pp. 936-957.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1613&z=p&o=29>>. Acesso em: fev. de 2016.
- POWELL, W. Neither Market nor hierarchy: network forms of organization. *Research in Organization Behavior*, vol. 12, 1990, p. 295-336.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALAGOAS. Relatório semestral do APL Fruticultura do Vale do Mundaú. Disponibilizado pela Superintendência de Desenvolvimento Regional (SUDER), 2015.
- SACOMANO NETO, M. PAULILLO, L. F. O. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 46(4): 131-155, jul./ago. 2012.
- _____. Análise das redes: estrutura e relações. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Ouro Preto, 2003.
- SCOTT, W. R. *Institutions and Organizations*. London: Gafe Publications, 1995.
- SILVA JÚNIO, A. B. Distorções e contradições no cinturão citrícola alagoano: aspectos da produção e comercialização agrícola entre 2008 e 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.